UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARIANA FERREIRA DE OLIVEIRA

**FATORES AMBIENTAIS, PERSONALIDADE E CÁRCERE: CRITÉRIOS DE
SEPARAÇÃO E FINALIDADE RESSOCIALIZADORA NA PENITENCIÁRIA
MASCULINA BALDOMERO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

MACEIÓ
2023

MARIANA FERREIRA DE OLIVEIRA

**FATORES AMBIENTAIS, PERSONALIDADE E CÁRCERE: CRITÉRIOS DE
SEPARAÇÃO E FINALIDADE RESSOCIALIZADORA NA PENITENCIÁRIA
MASCULINA BALDOMERO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

Monografia de conclusão de curso apresentada à
Faculdade de Direito de Alagoas (FDA/UFAL)
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Direito. Orientador: Prof. Ms.
Maurício André Barros Pitta.

Assinatura do orientador

MACEIÓ

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

O48f Oliveira, Mariana Ferreira de.
 Fatores ambientais, personalidade e cárcere : critérios de separação e finalidade
 ressocializadora na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira /
 Mariana Ferreira de Oliveira. – 2023.
 43 f. : il.

Orientador: Maurício André Barros Pitta.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 41-43.

1. Traços de personalidade. 2. Ressocialização. 3. Exame criminológico. I.
Título.

CDU: 343.815

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca ter me abandonado, até quando duvidei da minha vocação e da minha capacidade, Ele me mostrou qual caminho seguir, quais dores suportar e, acima de tudo, acreditar na minha capacidade.

Agradeço a minha mãe, Jane e a meu pai, João, pelos exemplos de força, garra e fé os quais sempre foram a base para apoiar os filhos e incentivar a cada um dos dez a saírem do interior e buscarem a formação acadêmica. A materialização de um desejo, de que fossemos fortes e donos da nossa própria história.

À minha mãe pela doçura e exemplo de força.

Ao meu pai pela sabedoria que o analfabetismo não foi capaz de delimitar.

Agradeço à minha irmã Edjane por primeiro ter acreditado em si, apesar das dificuldades.

Agradeço a todos os meus nove irmãos por terem acreditado e conseguido a formação acadêmica, como um fator libertador de estigmas.

Agradeço aos meus professores, por todos os ensinamentos, paciência e leveza.

Aos meus amigos, os quais deram todo significado à vivência acadêmica.

Ao meu orientador, Maurício Pitta, pela disponibilidade, paciência e doçura que transmite.

Por fim, agradeço à Mariana, que foi capaz de gerenciar dilemas e nunca ter desistido.

RESUMO

Diante dos problemas atuais com a segurança pública, há também, em congruência, proporcional problema com a ressocialização. São inúmeros os dispositivos jurídicos que visam promover a reintegração do apenado em sociedade, ressaltando a promoção da dignidade da pessoa presa, assim como a prestação de direitos fundamentais intrínsecos a ela. Todavia, acreditar em um cenário ideal de ressocialização e seu êxito diante dos altos índices de reincidência no Brasil, é inocência. Deixa de ser inocência e passa a ser utópico um cenário ideal de ressocialização no qual os traços de personalidade do agente não são considerados para a individualização da pena. Tendo consciência do exposto, a presente pesquisa objetiva analisar como aspectos comportamentais, traços de personalidade e fatores ambientais corroboram para a potencialização do comportamento criminoso e a concomitante invalidação da finalidade ressocializadora da pena. Como metodologia utilizada tem-se análise bibliográfica e análise de dados provenientes da unidade prisional Baldomero Cavalcanti. Como referencial teórico principal, tem-se a teoria McCrae e John, (1992) com o artigo sobre o modelo dos cinco grandes traços de personalidade e suas aplicações, além de um estudo de natureza quantitativa realizado em Minas Gerais, por de autoria de Cid Gonsalves Filho, Stanley Araújo Pena, Gustavo Queiroga Souki e José Ricardo César A. Mello, intitulado de “ criminalidade no Brasil: um problema de saúde pública” (2020). Como resultados obtidos, apreendeu-se que a eficácia da pena em promover a ressocialização na Penitenciária Baldomero Cavalcanti não é exitosa, tendo em ciência o índice de reincidência no estado além da constatação da falta de profissionais adequados para fazer exames criminológicos e acompanhar o desenvolvimento de valores morais do preso. Portanto, torna-se evidente que potencialização do comportamento criminoso através da simbiose de diferentes potencialidades criminosas e poder persuasivos na penitenciária analisada, podendo inferir provável resultado em outros estabelecimentos penais com mesmas condições.

PALAVRAS-CHAVE: Traços de personalidade; ressocialização; exame criminológico.

ABSTRACT

In view of the current problems with public security, there is also, in congruence, a proportional problem with resocialization. There are countless legal provisions that aim to promote the reintegration of the inmate into society, emphasizing the promotion of the dignity of the prisoner, as well as the provision of fundamental rights intrinsic to him. However, believing in an ideal scenario of resocialization and its success in the face of high rates of recidivism in Brazil, is innocence. It ceases to be innocence and becomes an ideal scenario of resocialization in which the agent's personality traits are considered for the individualization of the sentence. Being aware of the above, the present research aims to analyze how behavioral aspects and personality traits corroborate for the potentialization of criminal behavior and the concomitant invalidation of the resocializing purpose of punishment. The methodology used is bibliographic analysis and data analysis from the prison unit Baldomero Cavalcanti. As the main theoretical framework, there is the McCrae and John theory (1992) with the article on the model of the five great personality traits and their applications, in addition to a quantitative study carried out in Minas Gerais, by Cid. Gonsalves Filho, Stanley Araújo Pena, Gustavo Queiroga Souki and José Ricardo César A. Mello, entitled "crime in Brazil: a public health problem" (2020). As results obtained, it was apprehended that the effectiveness of the sentence in promoting resocialization in the Baldomero Cavalcanti Penitentiary is not successful, considering the recurrence rate in the state in addition to the lack of adequate professionals to carry out criminological exams and monitor the development of the prisoner's moral values. Therefore, it becomes evident that enhancement of criminal behavior through the symbiosis of different criminal potentials and persuasive power in the analyzed penitentiary, which may infer a likely result in other penal establishments with the same conditions.

KEYWORDS: Personality traits; resocialization; criminological examination.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 GARANTIAS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS DO PRESO	5
2.1 Da dignidade da pessoa presa.....	6
3 A IMPORTÂNCIA DA DIGNIDADE NA PRISÃO OBJETIVANDO À RESSOCIALIZAÇÃO	8
3.1 Direito à integridade física e à integridade moral do preso.....	9
4 AS FUNÇÕES DA PENA NA ATUALIDADE E A NECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAR.....	11
4.1 Qual a necessidade de individualizar a pena? Como isso ajuda na ressocialização?..	14
5 PERSONALIDADE DO CRIMINOSO: FATORES SOCIAIS, DESVIOS PSICOLÓGICOS E RELAÇÕES NAS PRISÕES	16
5.1 Aspectos sociais na formação da personalidade	17
5.2 As condições da prisão: como daria certo?	19
6 RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS EM UM CENÁRIO IDEAL.....	25
7 ASPECTOS DA RESSOCIALIZAÇÃO E DO EXAME CRIMINOLÓGICO NA PENITENCIÁRIA BALDOMERO CAVALCANTI.....	30
8 O CONVÍVIO ENTRE PRESOS DE PERSONALIDADES DIFERENTES E A SIMBIOSE DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO.....	34
8.1 Potencialização do comportamento criminoso na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti.....	36
9 CONCLUSÃO.....	39
10 REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A convivência em sociedade demanda estar passivo a uma série de sujeições. Esta subordinação para se adequar ao convívio social é necessária, uma vez que se assim não fosse, estaria a convivência em total banalidade, estado de desequilíbrio e barbárie. Como já havia sido explanado por Rousseau, o homem é bom em seu estado de natureza, todavia, a sociedade o corrompe, compelindo-o ao instinto de sobrevivência a estar na retaguarda, usando os métodos mais vis e irracionais para a defesa da própria sobrevivência.

O psicológico humano está programado para agir em defesa da própria integridade, defender o próprio patrimônio, os próprios interesses ou daqueles que lhe possui afeição. Esse dualismo entre a defesa do eu e a defesa dos que simbolizam alguma importância, revelam o quanto o psicológico humano pode ser instintivo e ser movido pela busca em satisfazer os seus interesses. O crime também possui raízes em bases psicológicas e comportamentais, podendo ser determinado por fatores psicológicos e ambientais, de tal modo que para a Teoria dos Cinco Fatores de Personalidade, o subjetivismo da personalidade e o ambiente estão sob simbiose (MCCARAE, COSTA, 1997)

Desde o cometimento do crime, até o cumprimento de pena e o que se almeja por ressocialização, o indivíduo está sendo impulsionado por condicionamentos psicológicos, traços de personalidade. No presente estudo, adota-se a Teoria dos Cinco Traços de Personalidade (MCCRAE, 1992). Para ele, personalidade caracteriza-se como uma interação do indivíduo com o ambiente fomentando características psicológicas intrínsecas. Sendo assim, o comportamento criminoso encontra-se embasado por alguns desses traços de personalidade os quais comungam das características ambientais para sua potencialização.

Diante desses aspectos psicológicos que permeiam o cometimento do crime e conduzem o comportamento criminoso, propõe-se no presente artigo, analisar como convívio entre presos de comportamentos diferentes podem potencializar a capacidade criminoso, através da influência do ambiente hostil, invalidando, por conseguinte, a finalidade ressocializadora da pena.

A simbiose dos traços de personalidade e o aprimoramento dessas características dentro da unidade prisional é um problema para a segurança pública, uma vez que o insucesso

ressocializador pode aprimorar a capacidade criminal, dificultando a reintegração social em conformidade com as normas penais.

É importante frisar também, que análise das condições de efetivação de direitos dos presos dentro dos presídios é fundamental para que haja a ressocialização, bem como não haja o reforço negativo por parte do Estado para o comportamento criminoso, que acontece quando o encarcerado está privado de liberdade e também de vários direitos essenciais para a manutenção da dignidade. Estes direitos estão estabelecidos na Constituição Federal e, especificamente para a pessoa apenada, na Lei de execução penal, artigo 11, como uma condição fundamental para se obter a ressocialização.

Uma vez que há a precariedade em condições dignas de existência dentro da unidade prisional e a falha do amparo de direitos fundamentais da pessoa presa, os apenados tendem a se organizarem com sistema de regras próprios, contrariando o ordenamento jurídico e aumentando o desvio de conduta perante o ordenamento jurídico. Além disso, o ambiente intra-cárcere possui muita influência na obtenção das finalidades da pena.

Por essas razões, objetiva-se, analisar como aspectos comportamentais, características ambientais e traços de personalidade corroboram para a potencialização dos fatores criminogênicos dos presos e a concomitante invalidação da finalidade ressocializadora pena, no ambiente da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti, em Maceió – AL. Analisar os dados obtidos, percebendo quais características, no ambiente penitenciário, corroboram para a invalidação da necessidade ressocializadora da pena. Perceber o que há de pesquisas sobre o comportamento criminoso e como elas podem ajudar a entender a potencialização da capacidade criminal da pessoa em regime fechado. Ademais, correlacionar os fatores ambientais (estrutura física, atividades desempenhadas intra-cárcere, educação, saúde) com os fatores psicológicos, demonstrando que estes estão em simbiose e inseparáveis para atingir o êxito das normas ressocializadoras.

É de extrema relevância entender o real nível de ressocialização da pessoa apenada e em regime fechado na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti e como os traços de personalidades dos agentes estão sendo tratados. Percebe que há um descaso quanto a importância do exame criminológico para a aplicação da pena, assim como uma equipe multiprofissional com quantidade de profissionais insuficientes para a demanda (INFOPEN, 2020, 2022). Por meio de dados disponibilizados pelo Infopen, SISDEPEN, relatórios do CNJ, OAB-AL, e entrevistas advindas da tese de mestrado de Jéssica Alessandra Araújo Ferreira Leão , poderá ser feito uma análise bibliográfica frente aos dados obtidos.

Como metodologia adotada tem-se a análise bibliográfica, com referencial teórico tem-se a teoria dos Cinco Fatores de Personalidade McCrae, John e Costa (1992) com o artigo sobre o modelo dos cinco grandes traços de personalidade e suas aplicações, além de um estudo de natureza quantitativa realizado em Minas Gerais, por de autoria de Cid Gonsalves Filho, Stanley Araújo Pena, Gustavo Queiroga Souki e José Ricardo César A. Mello, intitulado de “criminalidade no Brasil: um problema de saúde pública” (2020). Há também análise de dados advindos do site de departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, SISDEPEN, CNJ, OAB-AL, por relatórios de inspeção publicados de 2015 até 2022. Vale destacar que não será feito uma análise em todo esse recorte temporal, mas sim que, os dados obtidos são de inspeções de 2015, 2020, 2022.

2 GARANTIAS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS DO PRESO

Preliminarmente, ao se falar de ser humano como indivíduo integrante do meio social e fundamental para sua configuração, está intrínseco a ele garantias e direitos constitucionalmente positivados. No rol de direitos positivados pela CF brasileira, está como valor máximo, configurado como cláusula pétrea, o direito à vida. Estabelecido como referência máxima e sendo inviolável, está atribuído ao direito à vida superior valor, condicionando todos os direitos subsequentes observância e respeito a ele.

Nesse sentido, a Lei de Execuções Penais, preserva direitos das pessoas com penas de restrição de liberdade, sendo elas presos provisórios ou condenados. A lei 7210/84 reconhece em seu art. 40 a necessidade de preservação da integridade física e moral da pessoa presa, respeitando, em teoria, fatores que corroboram para a prestação do direito à vida. Subsequentemente, no art. 41, são definidos os direitos do preso, dentro das particularidades da pena de cada um, reforçando a necessidade de haver condições dignas de existência dentro do cárcere, objetivando a ressocialização. Ademais, o artigo supracitado reforça as disposições do art. 11 no qual define a assistência que deve ser prestada ao preso no ambiente penitenciário, sendo elas: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa

É definido pela lei, que é dever do Estado prestar assistência ao preso, possuindo como objetivo prevenir o crime e propiciar à pessoa presa o retorno à convivência em sociedade. Mas cabe problematizar: até que ponto o sistema penitenciário tem cumprido as disposições da lei de Execuções Penais? O debate que visa justificar esta indagação será abordado em seção subsequente.

O homem por sua natureza, está amparado pelo Estado de Direito e a ele também se tem diversas sujeições, necessárias para uma sociedade organizada e harmônica. Surge, diante desse cenário de prerrogativas e sujeições, o condicionamento do comportamento, para que se esteja plenamente amparado pelos direitos Constitucionais. Sendo assim, as garantias e direitos constitucionais demandam uma contraprestação do cidadão, e na falta da adequação aos deveres estabelecidos, há a perda de direitos e possivelmente da liberdade, se aplicando o direito penal em *última ratio*. Tem-se, então, direitos fundamentais cerceados à pessoa presa e quiçá alguns questionamentos de se essa pessoa que rompeu com as normas de convivência estatal está amparada pelos direitos básicos de dignidade humana, uma vez que na realidade fática das prisões estão submetidas a condições subumanas. Essa perda de direitos parte do pressuposto fático e material, já que formalmente eles estão positivados e assegurados pelo Estado pela Constituição Federal e a lei de Execução Penal.

Em consonância com esse prisma, é inegável que a pessoa presa, por mais que haja seu estigma de delinquente, possui direitos constitucionais inalienáveis e indispensáveis para que se tenha a própria ressocialização, como é exposto na própria Constituição Federal Brasileira ao longo do artigo 5º.

Em suma, ainda pela Lei de Execução Penal, está explicitado no decorrer do artigo 41 o rol de direitos da pessoa em situação de restrição de liberdade.

Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente (BRASIL,1984).

Neste sentido, a comunidade acadêmica tem ciência dos direitos a serem prestados a pessoa presa, direitos os quais não devem ser prestados ou entendidos como uma bonificação ao delinquente. Todavia, devem ser prestados e vistos como uma necessidade básica e inerente ao ser humano, uma vez que sem esses direitos, a pessoa que infringiu as normas penais dificilmente estará apta a reingressar no meio social, uma vez que as experiências intra-cárcere potencializam seus instintos criminosos e mostraram a face de um Estado tão hostil quanto o próprio crime em si.

2.1 Da dignidade da pessoa presa

Para garantia da dignidade da pessoa humana, e conter o arbítrio estatal surge no contexto do iluminismo os direitos fundamentais. Nesse viés, no qual era pautado a supremacia dos povos e usufruto de direitos para pessoas apenas de classes sociais mais altas, a revolta do proletário e sua requisição de direitos simboliza o reconhecimento, a verdadeira saída da escuridão para a luz, pois se reconhece o ser humano, sem distinção, passível de direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais objetivam assegurar o respeito à dignidade humana, limitando o poder discricionário estatal, a fim de que as políticas públicas visem prestar condições mínimas de existência, potencializando o desenvolvimento do ser humano, promovendo o

direito à vida, à liberdade, à igualdade, para o pleno desenvolvimento de suas aptidões (SILVA, 2020).

A realidade nas penitenciárias, no tocante à dignidade humana é infelizmente catastrófica. Conforme pesquisa desenvolvida pelo Instituto Igarapé, sobre as penitenciárias do Rio de Janeiro, aspectos como ocupação e capacidade revelam o impacto que a população carcerária tem sobre a comunidade; perfil da população presa e óbitos no sistema foram analisados e foi possível constatar que no sistema prisional do RJ as finalidades da pena não têm sido satisfatoriamente atendidas. Nesse viés, entende-se por dignidade, conforme conceituado por José Afonso, os fatores essenciais para prestação da vida digna: saúde, salubridade, educação no ambiente penitenciário. Estes fatores, por conseguinte, impulsionam a reabilitação do infrator, almejando reinseri-lo meio social.

3 A IMPORTÂNCIA DA DIGNIDADE NA PRISÃO OBJETIVANDO À RESSOCIALIZAÇÃO

O cenário atual em que o sistema prisional brasileiro figura, é composto por um ambiente em condições precárias e desumanas. Nelas, os detentos que em teoria estão com sua liberdade restringida, estão fadados a pagarem suas penas em celas superlotadas, com escarça prestação do direito à saúde, possuindo higiene e alimentação inadequadas. Em meio a esse ambiente que lhes é apresentado, alcançar a finalidade ressocializadora da pena é uma tarefa difícil, estando eles suscetíveis não só a saírem do cárcere com mais potencialidade criminosa, mas também com inúmeras doenças. Conforme é possível inferir do estudo realizado pelo instituto Igarapé, supracitado.

Diante do exposto, é perceptível que o Estado, em contrapartida ao seu poder de punir, falha no dever de ressocializar. Ademais, está explicitado no artigo 10 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (LEP), no qual é um dever do Estado garantir a assistência ao preso e ao internado tendo como objetivo prevenir a reincidência e proporcionar o retorno e convívio em sociedade.

O paradigma está na não prestação do direito à dignidade do preso, em conformidade com as restrições a eles imputadas, devido ao crime cometido. Vale ressaltar que estar em condição de cumprimento de pena, não elimina ao apenado direitos básicos para a manutenção da dignidade, a qual é fundamental para que se obtenha a almejada reinserção na sociedade.

Diante do exposto, há duas concepções a serem tratadas no tocante a ressocialização e o ambiente penitenciário. Na concepção de Barata, elas são denominadas de prevenção especial positiva, quando almeja a ressocialização, e de prevenção especial negativa, visando a neutralização do indivíduo criminoso.

Ademais, no entendimento do referido autor, há dois extremos no qual um almeja a naturalização do criminoso e conseqüentemente a neutralização está investida de uma “falácia naturalista” e em contrapartida, os que acreditam no ambiente carcerário como ressocializador, estão envoltos por uma “falácia idealista” (BARATA, 2014).

Ainda de acordo com Barata,

[...] toda essa discussão não passa de uma falsa questão. Pode-se, e deve-se, escapar tanto da falácia naturalista quanto da idealista. O ponto de vista de como encarar o problema da ressocialização, no contexto da criminologia crítica, é aquele que constata -- de forma realista -- o fato de que a prisão não pode produzir resultados úteis para a ressocialização do sentenciado e que, ao contrário, impõe condições negativas a esse objetivo. Apesar disso, a busca da reintegração do sentenciado à sociedade não deve ser abandonada, aliás precisa ser reinterpretada e reconstruída sobre uma base diferente. (BARATA, 2014)

Sendo assim, a necessidade de integrar o preso à sociedade é de suma importância, considerando que neutralizar o comportamento, as vivências e toda uma necessidade de viver em sociedade da pessoa presa é desconsiderar os direitos inerentes ao próprio indivíduo. Vale ressaltar que, escolher novas bases de reintegração e reinterpretção dos direitos dos apenados e da prestação deles para a reinserção no ambiente social é fundamental, observando, obviamente, a norma penal e processual penal, de modo que a ressocialização seja extraída de forma racional, progressiva e, principalmente, justa para vítima e imputado.

3.1 Direito à integridade física e à integridade moral do preso

Garantido pela Constituição Federal, A integridade física e moral da pessoa presa apresenta-se como direito intrínseco à pessoa humana, não havendo, por conseguinte, formas de que esse direito seja suprimido. Preceitos validados em todo o decorrer do texto constitucional, como proibição à tortura; penas cruéis; do tratamento degradante e desumano; direito à liberdade provisória; direito de identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório; pelo direito do relaxamento da prisão quando o flagrante for ilegal; pela comunicação imediata da prisão ao juiz competente, à sua família; do direito ao silêncio e da individualização da pena, demarcam que legalmente não há que submeter o ser humano a condições que firam a integridade do homem, seja ela física ou moral.

Com base nisso, há o paradoxo fático sobre os dizeres constitucionais e a realidade fática em que os presídios brasileiros se encontram. O poder originário constitucional concedeu ao Estado o dever de disciplinar as relações humanas, com base nas normas por ele próprio estabelecidas. Todavia, cabe também ao próprio Estado manter a integridade física e moral, como define a Lei 9.455/97, na qual garante ao indivíduo que está sobre custódia do Estado, proteção contra atos que firam seu direito à dignidade e à sua integridade, psicológica e física, configurando o crime de tortura.

No ambiente penitenciário, como foi constatado pelo Departamento de Penitenciárias Nacional (DEPEN), no Infopen de 2019, que no sistema prisional brasileiro, há população carcerária 755.274 incluindo presos provisórios (BRASIL, 2020). Há de se destacar, também, que no tocante a condição de saúde dos presos há 9.113 casos de tuberculose, 8.523 casos de HIV, 6.920 casos de Sífilis, além de 4.156 casos de outras comorbidades (BRASIL, 2020). Com base nesses dados, e do panorama geral da capacidade dos presídios brasileiros, muitos dos

quais não possuíam alguma dessas doenças podem a adquiriram no ambiente carcerário devido as condições de péssima higiene, por conseguinte, alta capacidade de transmissibilidade.

Conforme dados divulgados pela Comissão de Ministério Público, provenientes do estudo Sistema Prisional em Números, o Brasil possui superlotação carcerária em 166%, sendo 729.949 presos com capacidade para 437.912 pessoas (CNMP, 2019). Sendo assim, o considerável aumento na quantidade de pessoas com agravos transmissíveis das doenças entre junho de dezembro de 2019, passando de 8.638 de junho para 9.113 em dezembro, demonstra como as condições dentro do ambiente carcerário interferem na preservação dos direitos da pessoa presa, dificultando a ressocialização, ferindo a integridade física e moral do preso, por conseguinte seu direito intrínseco à dignidade.

4 AS FUNÇÕES DA PENA NA ATUALIDADE E A NECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAR

Contrastados com o cenário de suplício corporal como forma de retribuição a um crime cometido, o período iluminista, permeado pelos ideais da revolução francesa, propõe olhar a pena com aspectos mais humanistas. Nele pretende-se considerar o ser humano, criminoso ou não, como um ser passivo de dignidade humana, atribuindo à pena características mais racionais e com finalidades maiores que a mera retribuição ao mal cometido.

Na atualidade, o cárcere envolvido com toda a carga do sistema penal e reforçado pelo próprio *Ius Puniendi* estatal, reflete o espaço de vitimizações cotidianas, sendo o cárcere, na atualidade, um espaço que fere e degrada a condição humana de existência. (ALMEIDA, 2019). Outra característica marcante no sistema prisional e penal atual é a seletividade caracterizada pelo padrão étnico, socioeconômico, cultural, de gênero e de delitos, marcados justamente pela realidade social do entorno dos agentes do crime (ALMEIDA, 2019).

Sendo assim, o espaço no qual é executada as penas restritivas de liberdade, não atende à concepção teórica e legal defendida pela Lei de Execução Penal, uma vez que a própria instituição retoma, mesmo que indiretamente, devido a sua baixa eficácia, à época de suplício corporal. É importante mencionar ainda, de acordo com Hugo Leonardo Rodrigues Santos, que no sistema punitivo atual, bem como acepções ideológicas contemporâneas, é aceito a ínfima realidade da instituição punitiva, ao passo que também se desiste de reconfigurar o caótico cenário, evitando, por conseguinte, evitar o problema que atinge, em tese, a finalidade almejada pelo sistema punitivo: ressocializar.

Adota-se, assim, a lógica niilista de que a prisão é inútil, porém necessária. Desse modo, as populações prisionais seguem em um crescente continuum, muitas vezes concomitantemente ao incremento da violência e criminalidade nas sociedades (SANTOS, 2017, p,18).

Ainda para o autor, essa desistência em reconfigurar e implementar o cenário caótico do cárcere se dá devido a um cinismo que insiste na prisão como solução para o problema da criminalidade mesmo não atingindo as finalidades almejadas pelo sistema penal.

Origina-se, assim, uma inversão de sujeitos, pois aquele que antes figurava enquanto sujeito ativo do ato delituoso passa a se tornar vítima do sistema prisional. Isto sucede no momento em que o ideário de reintegração encontra obstáculos na coisificação e no sofrimento sacrificial impostos pela institucionalização estatal da pessoa privada de liberdade (ALMEIDA, 2019).

Apreende-se, diante do exposto, que a necessidade de individualizar a pena deve ser considerada e colocada em prática para haver melhor desempenho na aplicação da pena de

privativa de liberdade. Sendo assim, não haveria de ter o agente criminoso como vítima da ineficiência do poder de punir estatal.

Conforme salienta Ana Gabriela Braga, tendo por base os escritos de Álvaro Pires, professor da Universidade de Ottawa no Canadá, os entraves envolvendo a reabilitação através da pena de prisão implicam uma responsabilização individual e para o incremento da lógica retributiva. Sendo assim, na concepção social e institucional, a figura do inimigo é representada pelo indivíduo em situação de vulnerabilidade social (BRAGA, 2013). Sendo assim, a submissão entre o agente punido e o detentor de punir se evidencia pelo estereótipo social, aumentando cada vez mais a inversão do ideal reintegrador pelo de retribuição da pena.

Na atualidade, muito se fala da falência da pena de prisão. Há que se destacar, ainda segundo a concepção de Ana Gabriela, que “, é indiscutível o êxito da instituição penitenciária em impingir sofrimento a (alguns) indivíduos em retribuição ao dano que causaram à sociedade”. Em conformidade com essa fala, o sofrimento do apenado e a perda das condições de dignidade está intrínseca a aplicação da pena, configurando uma lógica muito mais retributiva.

No contexto europeu, entre a década de 60 e 70, envolvida por todo esse contexto do bem-estar social vigente à época, a pena possuía função de corrigir os comportamentos desviantes. Diante desse cenário, valores como ética, moralidade, trabalho e, principalmente, eram preconizados, a fim de adequar o comportamento delincente aos preceitos sociais vigentes.

Com o passar dos anos, o ideal humanitário e ressocializador foi se enfraquecendo, ganhando força, em contrapartida, aspectos de controle sobre o indivíduo apenado.

Na concepção de Deluze, 1992, o controle exercido pelo poder punitivo estatal não só afetava ao preso, mas sim todo o contexto social. Desse modo a finalidade da pena ultrapassava a pessoa do apenado, produzindo efeitos em todo o corpo social, sendo ferramenta de controle social e não de reintegração.

Deluze afirma a substituição da sociedade disciplinar pela de controle, a partir, principalmente, da flexibilização da forma de sujeição do indivíduo ao poder. Enquanto os confinamentos em espaços fechados são moldes rígidos e fixos, os controles assumem a forma de modulação, cujo exercício é feito a partir de movimentos ondulatórios que atingem todo o corpo social. O controle total, que vinha sendo feito de forma concentrada em alguns espaços e direcionado a alguns indivíduos, expande-se para o exterior dessas instituições e alcança a população como um todo, indiscriminadamente (DELUZE apud BRAGA, 2014)

Desse modo a finalidade da pena ultrapassava a pessoa do apenado, produzindo efeitos em todo o corpo social, sendo ferramenta de controle social e não de reintegração.

Assim sendo, não é possível universalizar as finalidades da pena ao longo dos séculos, sendo o resultado atual uma grande simbiose desses modelos que de algum modo deixou marcas no sistema penal. Obviamente houve impacto no sistema penal brasileiro, que sofreu influência externa, não podendo descartar que os valores morais, éticos e laborais, preconizados na Europa entre as décadas de 60 e 70, embasaram a finalidade ressocializadora da Pena. Assim como o sistema de controle enfatizado por Deluze, o qual é possível inferir ao observar os dados do sistema prisional, além de observações empíricas, que a pena na realidade atual das penitenciárias configuram como um sistema de controle de corpos, tangenciando da finalidade ressocializadora da pena. Ademais, os critérios de separação entre os detentos, quando não executados como determina a Constituição brasileira e a Lei de Execução Penal, acabam por fomentar o estado de desequilíbrio do poder punitivo e os mecanismos de controle estatal.

A ressocialização é doutrinariamente um tanto paradigmática. Acreditar que o a pena por meio da restrição da liberdade é exitosa em promover a ressocialização do apenado é um tanto utópico no cenário de superlotações nos presídios e de organizações criminosas que atuam de dentro para fora. Coadunado com o sentido de falência da função ressocializadora da pena, parece justamente que acontece devido a um meio de violência institucionalizada, gerenciada pelo poder punitivo estatal a fim de impor a condições degradantes potencializando a personalidade criminosa e promovendo a aniquilação do preso enquanto ser humano.

É importante mencionar, também, que a não separação do preso atinando aos aspectos de personalidade corrobora para a invalidade da pena. Uma vez que os presos estão em um ambiente diverso e precário, o instinto de seleção natural, intrínseco ao homem, impulsionará aos que possuem personalidade com traços mais fortes a espelharem os demais, propiciando a uma simbiose criminal. Neste sentido, conforme o conceito atribuído por Allport, os sistemas de personalidade estão centrados em aspectos físicos e psicológicos, os quais, podem determinar o comportamento dos entes sociais. Diante disso, os traços de personalidade do preso possuem intrínseca relação com o ambiente em que o agente delituoso habita, podendo ser esse comportamento parâmetro para outros agentes. (ALLPORT, 1966).

Para Amilton Bueno de Carvalho (2023), é preciso haver meios de suportar o mal causado para os presos que não possuem o direito constitucional da individualização da pena aplicado com efetividade. Na concepção dele, um dos meios mais práticos de suportar o mal que se faz a alguém ao colocá-lo em um presídio é acreditando na mentira de que a privação da liberdade e por uma consequência sórdida, a não prestação dos direitos constitucionais do preso, é acreditar na mentira de que a privação da liberdade seja a forma mais eficaz de inserir o

apenado no ambiente social, sendo a pena útil e necessária para a recuperação, a pesar de todas as condições degradantes da dignidade da pessoa presa (CARVALHO, 2013).

A pena, diante do exposto, caracteriza-se como um instrumento de controle social, o que perpassa a finalidade ressocializadora da restrição de liberdade. Para a introdução do indivíduo no ambiente social, há a necessidade de respeitar características intrínsecas ao ser humano, como a autonomia. Uma vez que a vontade e a autonomia do agente não são respeitadas pela aplicação do sistema penal, acaba-se, o apenado, recorrendo à um sistema de organização próprio dos presos, no qual eles próprios terão autonomia e controle da vivência dentro do cárcere. Essa forma de manifestação da vontade dos presos por meios que não estão em compatibilidade com as diretrizes da Lei de Execuções Penais, reforçam os comportamentos desviantes dos presos e invalidam a expectativa de ressocialização advinda do cárcere.

Primordialmente, para poder haver a expectativa de ressocialização do apenado através da restrição de liberdade, é preciso que haja a aplicabilidade das normas penais em sua integralidade, principalmente as que dizem respeito ao direito constitucionalmente previsto da individualização da pena e os que preservam a dignidade do preso.

4.1 Qual a necessidade de individualizar a pena? Como isso ajuda na ressocialização?

Com a concepção trazida pelos ideais iluministas, o ideal de igualdade levou a um grau de abstração do ser humano, engendrando a uma racionalização da punição, na qual o ser humano possui características invioláveis. Diante da humanização da punição, havia a necessidade de quantificar o grau de lesividade da conduta praticada, atribuindo a todo esse processo um caráter de cientificidade na punição. Apreende-se daí, os primeiros indícios do que se tem hoje como o princípio da individualização da pena, o qual se encontra constitucionalmente positivado e tem por finalidade limitar o Estado repressor e envolver a aplicação da pena em humanidade (MACHADO, 2009).

Na concepção Foucaultiana, a individualização da pena é importante, uma vez que promove uma correlação entre crimes e dos castigos, considerando as características singulares de cada criminoso. Para ele, a individualização promove uma importante mudança em toda história do direito penal moderno, uma vez que em tese propõe sinais de punição totalmente ajustados, equilibrados, sem excessos nem lacunas. Contrariando um modelo de punição no qual vigorava a violência meramente retributiva, a individualização da pena passa a atuar na aplicação da pena mais racional e mais voltada para preservar as características intrínsecas aos

indivíduos. “ Que os castigos decorram do crime; que a lei pareça ser uma necessidade das coisas, e que o poder aja mascarando-se sob a força suave da natureza” (FOUCAULT, 2006, P.88).

No artigo 5º, inciso XLVI da CF, a individualização da pena está positivada no texto constitucional, assim como a pena privativa de liberdade é uma das formas de pena adotadas. Sendo assim, individualizar a pena consiste em adaptar as características ao apenado, possibilitando que dentro dessa adaptação consiga extrair da pena suas finalidades de forma mais exitosa.

Raymound Saileilles, conforme explanado por Vinícios Machado em sua tese de Mestrado (2009), defende que a pena deve estar em harmonia com o seu fim, que é a ressocialização. Para tanto, não cabe determiná-la em um modo estrito invariável, “já que o fim da pena é individual e deve ser obtido pelo emprego de uma política especial adequada às circunstâncias, mais que pela aplicação de uma lei puramente abstrata, ignorante com relação às espécies e casos que lhe forem submetidos”(SALEILES, apud MACHADO 2009).

É importante frisar que “ a pena se adapte à natureza de quem ela recairá”. Aspectos sociais do apenado, estrutura familiar, meio social que convive, escolaridade, bem como a personalidade do agente, são importantes para que haja a maior eficácia da pena e, por conseguinte, a ressocialização.

Se, pois, olharmos assim para a pena, em seu fim, considerando o futuro e para a realização de um fim, é preciso que essa pena se adapte à natureza de quem ela recairá. Se o criminoso não está de todo pervertido, é necessário que a pena não contribua para pervertê-lo mais, é necessário que o levante e o ajude a reabilitar-se, e se o criminoso é incorrigível, é necessário que a pena seja contra ele e, em proveito da sociedade, uma medida de defesa e preservação radicais.
Essa adaptação da pena ao indivíduo é o que hoje se chama de individualização da pena.

Diante do exposto, está notório que o ambiente no qual se dá a execução da pena é continuidade do que se tem pelo princípio fundamental da individualização da pena. Se o indivíduo não está em ambiente adequado para o cumprimento de pena, os traços criminosos podem ser potencializados, assim como é possível a absolvição de características criminosas que até então não pertenciam ao apenado. A pena e o cárcere, indubitavelmente, são meios de moldar a personalidade do agente, resta, por fim, que ela respeite os princípios constitucionais modernos de dignidade humana, e que respeite a essência de cada indivíduo.

5 PERSONALIDADE DO CRIMINOSO: FATORES SOCIAIS, DESVIOS PSICOLÓGICOS E RELAÇÕES NAS PRISÕES

Ao tratar da personalidade do criminoso não é possível entendê-la como um fator cristalizado e findado a um comportamento criminoso determinado. Em consonância com Caroline Venzon e Elisa Kern (2012), embasadas por Ludin (1972), as características emocionais e comportamentais apresentadas pelas pessoas no ambiente social que frequentam, bem como determinadas pelo tipo de relações interpessoais que possuem, acabam por reafirmar o seu tipo de personalidade.

Sendo assim, para Allport, 1966, o conceito de personalidade está centrado em sistemas psicológicos e físicos que são capazes de determinar o pensamento e o comportamento dos indivíduos, possuindo, por conseguinte, profunda relação com o ambiente e com fatores psicológicos.

Ademais, a capacidade adaptativa humana e a conseqüente adaptação da personalidade entre os membros sociais, na concepção de McCrae e Jonh, 1962, pode ser resultado da evolução cultural em contrapartida da evolução biológica. Considera-se, que a necessidade de se estabelecer em algum nicho cultural, e a diversidade deles, faz com que as pessoas com diferentes traços de personalidade acabem se adequando a um ambiente social mais do que outro, e dele fazer parte, corroborando para a fundamentação e mutação da personalidade em concomitância com as evoluções culturais.

Em comunhão com esse pensamento, McCrae e Jonh reafirmam que a diferenciação das personalidades está muito mais correlacionada com aspectos culturais que são agentes formadores da mesma.

A aparente utilidade adaptativa da diferenciação na personalidade entre os membros de culturas contemporâneas pode ser o resultado da evolução cultural em vez da evolução biológica: porque as pessoas diferem nos níveis de traços de personalidade, as culturas podem ter desenvolvido e nichos ocupacionais que os capitalizaram (MCCRAE, JOHN, 1992). (Tradução livre).

Está nítido, por conseguinte, que os traços de personalidade podem ter propensão psicológica. Todavia, a maioria dessas características comportamentais estão associadas à aspectos culturais e sociais, contribuindo com a hipótese de que o comportamento delinvente está intimamente correlacionado com os traços de personalidade. Sendo assim, os traços mais preponderantes no indivíduo, fomentados pelo ambiente social diverso, principalmente o cárcere, pode contribuir para o fomento do comportamento criminoso, quando os indivíduos possuem traços de personalidade diferentes e capacidade persuasiva diferenciada.

5.1 Aspectos sociais na formação da personalidade

A personalidade e o crime, como supracitado, possuem íntima relação, e esta é a tese adotada para o desempenho dessa pesquisa. Podendo resultar de diversos fatores, tendo influência mais de uns do que de outros (MCCRAE, JOHN, 1992), aceita-se nessa pesquisa, os fatores sociais e psicológicos como formadores da personalidade.

Para Allport, a personalidade define-se como uma “organização dinâmica, dentro do indivíduo, dos sistemas psicofísicos, que determina seu ajuste único ao ambiente”. Nessa concepção, personalidade e ambiente de convívio social são indissociáveis na conceituação dos fatores de personalidade. Ainda para Allport, a organização dinâmica e diversificada da sociedade está ligada aos traços de personalidade, apreendidos como estruturas neuropsíquicas que são capazes de incorporar diversos estímulos do meio funcionalmente integrado. (ALLPORT, 1966).

Ainda sobre os traços de personalidade e o meio como fator estruturante, Cattell conceitua a personalidade como um conjunto de traços que predis põem o indivíduo a agir de determinada forma, nas mais diversas situações. Em congruência com Allport, Cattell define o traço de personalidade como uma “estrutura mental, ou melhor, como uma inferência feita com base no comportamento observado para explicar a regularidade ou a consistência desse comportamento” (Cattell apud CARVALHO, PIANOWSKI, REIS, SILVA, 2017)

A teoria dos traços da personalidade, por conseguinte, é importante fundamentadora de como o indivíduo manifesta seus comportamentos e de como o ambiente pode ser espaço de simbiose de traços de personalidade entre detentos. Focados na correlação entre ambiente social e bases neurobiológicas, os pesquisadores pioneiros da teoria dos traços como McCrae e John, 1997, tiveram esses fatores uma ferramenta fundamental para explicar o funcionamento do ser humano como um ser integral e a vida dele em comunidade, influenciando e sendo influenciado por esses comportamentos.

Complementando essa definição e corroborando a proposta clássica de Allport (1961), McCrae, (2003) apresentam uma compreensão dos traços de personalidade como características psicológicas estáveis, capazes de definir, em grande parte, como as pessoas experimentam o mundo e quais os impactos que essa forma de experimentar o mundo pode ocasionar em seu contexto (CARVALHO, PIANOWSKI, REIS, SILVA, 2017).

Em consonância, pesquisas sugerem a estabilidade de características da personalidade ao longo do tempo, atribuída em parte a uma base psicobiológica, possibilitando algum sucesso

na previsão de tendências comportamentais (WIGGINS, 2003). Contudo a estabilidade dos traços de personalidade não é consensual e é discutida na literatura (MISCHEL, 1968).

Sendo assim, coadunando com o posicionamento de McCrae e John, Leontiev (1978) e Lucien Sève (1979) defendem que o integral desenvolvimento da personalidade implica necessariamente em mudança radical das relações sociais determinadas pelo ambiente.

Rothbart e Ahadi (2000), defendem a abordagem de estudo dos temperamentos, que são enfatizados pelos processos biológicos de desenvolvimento integrando “constructos”, os quais são teorias psicológicas que aprofundam o estudo da personalidade. Neste sentido, para eles, o estudo dos temperamentos (que para os teóricos são traços de personalidade) leva à identificação de que os processos de interação social e de personalidade são capazes de enfatizar traços inerentes ao indivíduo, mas que se não fosse influência do meio eles não seriam externalizados com tanta ênfase. Diante do exposto, compreende-se por influência do meio não só aspectos sociais, mas ambientais, morais e geográficos. Essa amplitude de características, portanto, pode potencializar o estado psicológico de pessoas em liberdade e mais ainda as que estão no cárcere.

A variabilidade mais extensa no tratamento pode ser vista em culturas. Ao examinar como as normas e práticas culturais interagem com características temperamentais para resultados de desenvolvimento ganha-se acesso a um quase-experimento natural no qual uma ampla gama de influências ambientais foram manipuladas, desde sistemas de valores às práticas parentais (ROTHBART; AHADI, 2000) (Tradução livre).

Cabe, então, analisar a personalidade sob a perspectiva de que as relações sociais e o próprio contexto cultural são formadores da personalidade, sendo os fatores biopsicológicos responsáveis por uma ínfima parcela de comportamentos, estes, determinados por patologias psicológicas (MARTINS, 2004)

Nesse viés, sintetiza Lígia Márcia Martins,

Concebemos a personalidade como autoconstrução da individualidade por conquista de sua genericidade, ou seja, síntese de processos biológicos e psicológicos que em interação dialética com o meio transforma o indivíduo de maneira criadora e autocriadora graças à ação e consciência (MARTINS, 2004)

Infere-se, por conseguinte, que o processo de formação da personalidade de um indivíduo é muito mais determinado pelo o ambiente social, do que propriamente fatores patogênicos e que o ambiente carcerário potencializa essa característica do ambiente. Por mais que maioria dos presos já tenham passado pelo processo de construção da personalidade, o comportamento delitivo é reforçado dentro do ambiente carcerário justamente pela diversidade entre os traços de personalidade do agente criminoso.

É devido enfatizar, também, que por mais que haja a preponderância das características criminosas, ela não somente habita o espaço carcerário. Há a necessidade de desmistificar a prisão como um ambiente em que os presos são em sua totalidade maus, mas que intimamente,

há características intrínsecas da natureza humana, que os fazem ter algo de bom, em sua essência.

A partir de então, com o entendimento supracitado, há a possibilidade de se reconhecer uma possível exequibilidade da ressocialização no ambiente carcerário, uma vez que não se admite o criminoso como um ser com seus comportamentos cristalizados, impedindo-o de progredir em conformidade com os preceitos morais e legais. A problemática está justamente em o preso, que não é em sua totalidade um criminoso nato, correlacionando com as teses de Lombroso, estar em um mesmo ambiente em que presos que possuem maiores traços de criminalidade habitam, condicionados por um ambiente hostil e totalmente longe de garantir que a privação da liberdade que ocorre na prisão venha a gerar impactos na vida de uma pessoa que não conseguiu atender as normas de convivência.

5.2 As condições da prisão: como daria certo?

Tendo como referência o relatório de inspeção da comissão de direitos humanos da OAB, de janeiro de 2022, pretende-se demonstrar que as condições oferecidas na Penitenciária masculina Baldomero Cavalcanti, para que se chegue à ressocialização, são insuficientes e prejudiciais a própria finalidade ressocializadora.

Alguns pontos oportunamente trazidos à tona no relatório da OAB, são fundamentais para demonstrar que, qualquer indivíduo que adentre no sistema prisional, privado da sua liberdade, submetido a tais condições, potencializaria os traços de personalidade tendentes ao cometimento de crimes, ou, com tantos direitos infringidos e com sua dignidade reduzida, perde a noção do valor da própria vida enquanto ser importante para a sociedade, tornando-o, mais propenso ao crime. Defende-se, então, que pelas condições do intra-cárcere nos últimos anos, é ínfima a possibilidade de haver melhora no contexto social, assim como na própria vida encarcerado.

A lei de Execução Penal parece assertiva, em sua redação, quando estabelece condições para que a pena seja individualizada de acordo com as características do apenado. Os artigos quinto e sexto da LEP declaram expressamente a necessidade legal de que sejam observados os critérios de personalidade, através de comissão técnica de classificação, presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Tendo ciência disso, dados que demonstram a precariedade das condições no Presídio Masculino Baldomero Cavalcanti, de modo que o painel de dados sobre inspeções penais em estabelecimentos prisionais do CNJ classifica-o com condições “péssimas” e superlotado (inspeção de 07/2022).

Decorrente do relatório de inspeção da OAB/AL (01/2022), foram constatados inúmeras irregularidades nos módulos os quais eles puderam visitar da PMBMC. O relatório produzido em tempos de pandemia, verificou que não haviam condições adequadas para a prevenção de propagação de doenças, como a Covid-19 e tuberculose, devido à superlotação nos módulos. É possível extrair, também, do relatório, que há constrangimento por parte dos funcionários da penitenciária aos detentos, para que não seja relatado espontaneamente o que eles vivenciam de irregularidade no ambiente.

Apesar da dificuldade no estabelecimento de condições de confiança que permitissem a emergência de discursos dissidentes dos elogiosos da gestão institucional, em um dos módulos inspecionados, um dos reeducandos, com o afastamento dos funcionários da unidade, trouxe, então, informações de extrema importância sobre como se dá a gestão da saúde no Baldomero.

Tendo como referência o Art. 10 e 11 da lei de execução penal, é possível inferir que a assistência ao preso que é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, só será possível com a prestação da assistência à saúde, jurídica, material, social e religiosa, no ambiente do presídio, mesmo que as pessoas estejam em cumprimento de penas, a ressocialização só será atingida com o acesso à direitos.

Em congruência, a teoria dos cinco fatores de traços de personalidade, a qual é adotada neste artigo, as experiências vividas no contexto social em que o indivíduo está inserido, condicionam seus temperamentos e traços de personalidade.

Os fatores de personalidade influenciam a psicopatologia em níveis educacionais, interesses vocacionais, e atitudes políticas de maneiras semelhantes em diferentes culturas? – os fatores de personalidade aplicam-se também, em algum grau universal? Os psicólogos da personalidade levaram muitas décadas para resolver questões sobre o número e a natureza dos dimensões de traços em populações de língua inglesa. Felizmente, parece que essa longa luta não precisa ser repetido em todas as outras culturas. O FFM (modelo dos cinco fatores) pelo menos fornece um começo sólido para entender a personalidade em todos os lugares. (MACRAE, COSTA, 1997, PAG., 515) (tradução livre)

Conhecendo como os traços de personalidade e fatores ambientais se comunicam, não para a formação da personalidade em seu critério subjetivo (FOUCAULT 1987), mas para coibir os traços desviantes e fomentar as inclinações pessoais favoráveis à convivência em sociedade, seria possível no ambiente penitenciário favorecer condições em que, realmente, o indivíduo que delinuiu, possa estar em condições de reintegração ao meio social.

Diante dos relatos obtidos da inspeção da comissão de direitos humanos da OAB, todavia, é possível identificar que o cenário da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti, nem de longe oferecem condições que fomentem no indivíduo traços de personalidade (inclinações psicológicas) positivas para obter a ressocialização em conformidade com as normas penais.

Não observação às condições de saúde, educação, infraestrutura, não tratando os indivíduos, mesmo que em condição de restrição de liberdade, com as condições mínimas de dignidade humana, não haverá, também, o reingresso dessas pessoas com a concepção de cidadão, indivíduo passivo de direitos.

Segundo foi relatado, seria “proibido passar mal à noite” na unidade prisional. Ou seja, segundo foi dito, caso algum reeducando se sintam mal e precise de atendimento com urgência no período da noite, os companheiros de cela do doente preferem esperar até o outro dia. O motivo, foi dito, é que, ao chamar pelos policiais penais – que ficam em um local muito afastado, o que demanda um esforço de fazer muito barulho para que eles ouçam –, a energia de toda a unidade é desligada, e ocorrem retaliações, agressões físicas, quando esses funcionários entram nos módulos para retirar o doente. É importante salientar que essa denúncia foi feita sob constrangimento, pois, a todo momento, o reeducando repetia o temor de sofrer retaliações se fosse descoberto que ele era quem a fazia. (OAB/AL, 2022)

Os dados advindos do INFOPEM, por sua vez, reforçam a tese de as condições insalubres propiciarem o amadurecimento da capacidade criminal e a estagnação do encarcerado, já que, pelas teses de doutrinadores aqui defendidas, as condições ambientais desfavoráveis reforçam traços de personalidade do preso, mantendo-o sem perspectiva de mudar seu entendimento acerca do crime cometido e como sua conduta pode ser útil para promover impactos positivos na sociedade.

Dados INFOPEM 2020 – Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti		
Profissionais da saúde		Infraestrutura
Psiquiatras	Não possui	Não há sala para atendimento especializado ou clínico
Psicólogos	1	Há sala de atendimento com a psicóloga, exclusiva
Assistente social	2	Há sala para atendimento com assistente social, exclusiva
Clinico geral	Não possui	
Enfermeira	2	Uma sala de procedimentos clínicos
Técnico em enfermagem	1	Não há sala de atendimento multiprofissional

Dados INFOPEN 2022 – Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti		
Profissionais da saúde e quantidade		Infraestrutura
Psiquiatras	2	Há uma sala para consultório médico
Psicólogos	2	Há uma sala para uso exclusivo de psicólogos
Enfermeiros	4	Há uma sala de atendimento clínico multiprofissional
Clínico Geral	2	Uma sala para consultório médico
Assistente social	3	Há uma sala exclusiva
Técnico de enfermagem	9	Há uma sala de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem
Dentista	2	Há um consultório odontológico

Através dos quadros acima, é possível perceber que houve melhora no quadro de profissionais e prestação atinentes aos serviços de saúde. Em 2020 não havia sequer psiquiatra para compor a Comissão Técnica de Classificação e atender as demandas internas. No INFOPEN, 2022, todavia, percebe-se uma melhora desses dados, pois há médicos e o quadro de profissionais da saúde aumentou, o que não significa dizer que seja suficiente. No entanto, é um avanço positivo para que possa se acreditar na prestação dos direitos estabelecidos no art. 11 da LEP.

No último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2022, e levando em consideração também a Inspeção da comissão de Direitos Humanos da OAB de Alagoas, tornou-se evidente que as condições no ambiente prisional são degradantes. Analisando os dados da população carcerária da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti, aferiu-se que são 1259 presos sentenciados para cumprimento de pena em regime fechado e 1447 no total. Desses, só há atestado de pena a cumprir de 347, o que dificulta a correta separação dos presos pelas diretrizes da LEP. No tocante aos alvarás de soltura, houve 321 pessoas que foram soltos, mas o presídio não tem informações se estes passaram pela Comissão Técnica de Avaliação.

Quantidade de pessoas presas por faixa etária	Quantidade de pessoas privadas de liberdade por cor de pele/raça/etnia	Quantidade de pessoas privadas de liberdade por grau de instrução
18 a 24 anos - 174	Bancas - 220	Analfabeto - 25
25 a 29 anos - 445		Alfabetizado (sem cursos regulares) - 312
30 aos 34 anos - 295	Pretas - 215	Ensino Fundamental Incompleto - 833
35 aos 45 anos - 355		Ensino Fundamental Completo - 17
46 a 60 anos - 124	Pardas – 1004	Ensino Médio Incompleto - 81
61 a 70 anos - 44		Ensino Médio Completo - 75
Mais de 70 - 10	Indígenas – 8	Ensino Superior Incompleto - 13
		Ensino Superior Completo - 23

Incidência de penas na Penitenciária Baldomero Cavalcanti								
1 até 2 anos	2 até 4 anos	4 até 8 anos	8 até 15 anos	15 até 20 anos	20 até 30 anos	30 até 50 anos	50 até 100 anos	Mais de 100 anos
16	96	216	283	137	159	65	23	4

Os dados acima revelam um cenário paradoxal no contexto social. Além de ser um retrato da organização e das políticas públicas a serem ofertadas, ainda é correlacionado como os fatores sociais acabam favorecendo ou não o indivíduo. Enfatiza-se, por conseguinte, que através dos dados acima mencionados é possível inferir que ainda a falta de acesso a políticas públicas é um dos fatores que mais leva o ser humano a prática de ilícitos. Esta conclusão não é nenhuma novidade, tampouco inédita no meio acadêmico e até mesmo no senso comum. O que passa a ser uma peculiaridade é entender como esses números dentro do ambiente carcerário representam a invalidação da pena de prisão.

A faixa etária mais expressiva de pessoas em restrição de liberdade no Presídio Baldomero Cavalcanti é a de 25 a 29 anos. No tocante a raça, os pardos são a imensa maioria e, por grau de instrução o rol de pessoas com ensino fundamental incompleto é imensamente esmagador. Estima-se, então, que não bastando o contexto social vivido fora dos muros da prisão, condições que de certo modo resultaram na prática delitiva, no ambiente que deveria ter função pedagógica e corretiva, acaba sendo potencializador das bases comportamentais delitivas.

Diante disso, pretende ser esclarecido aqui que: a grande maioria dos apenados estão em idade jovem, têm características fenotípicas da maioria da população brasileira, considerando o contexto de colonização, não chegaram a desenvolver capacidade intelectual compatível com suas idades e que, já no ambiente carcerário encontram muitos semelhantes a eles, em condições que fomentam o estigma de que o Estado não consegue prover condições adequadas para o desenvolvimento humano.

Isto não é uma generalidade, tampouco justificativa para o cometimento de crimes. Mas o que a Lei de Execução Penal entende por ressocialização e assistência ao preso, objetivando prevenir crimes e orientar o retorno para a sociedade, tem sido tão somente uma tentativa frustrada do Estado, a qual acaba fomentando os aspectos criminogênicos. Além disso, percebe-

se que as penas têm caráter muito gravoso, com um índice muito gravoso, com 63 apenados por crime de estupro, 189 por estupro de vulnerável, 373 por tráfico de drogas e 237 por roubo qualificado, de tal modo que os indivíduos deveriam ser rigorosamente separados em conformidade com sua capacidade delitiva.

Os dados advindos do relatório de 2015 da inspeção do CNJ evidenciam como o ser humano em estado de cumprimento de pena é desprovido de condições que aspirem a ressocialização. Entre 2013 e 2022 muita coisa permanece igual, dentro e fora dos presídios, uma vez que a realidade social extra-cárcere não mudou.

O estabelecimento penal está necessitando de reparos, embora seja amplo e visivelmente tenha uma estrutura segura. Foram encontrados problemas relacionados à falta de iluminação nas celas, corredores e módulos, infiltração, principalmente no módulo III/seguro, onde os presos são expostos ao piso molhado devido às constantes infiltrações, as quais provêm, inclusive do teto da unidade.

Foram encontradas gambiarras elétricas em diversas celas da unidade, fato que põe em risco a integridade física dos apenados, visitantes e de todos que trabalham na unidade. Existe um córrego de água sob a unidade prisional que está sujo e exposto. Presos informam que em tempos de chuva o referido canal transborda e alaga parte dos pavilhões e celas da unidade.

A situação é demais desumana, pois as celas, além de não possuírem o tamanho ideal para um preso, abrigam aproximadamente 05 a 06 detentos, os quais se amontoam nos corredores daquela célula prisional.

Nos módulos III seguro, IV e V, nenhum dos presos tem a oportunidade de estudar nas vagas oferecidas pela unidade prisional. A situação dos presos é de ociosidade, muitos alegam não ter trabalho e estudo, embora informem terem interesse, tanto que na cela V os presos, por sua conta, se organizaram e assistem aulas informais dentro das celas, sendo o material fornecido por suas próprias famílias (CNJ, 2013).

Além do fator potencializador da capacidade criminal que acontece em meio social, as condições degradantes da penitenciária evidenciam o reforço negativo do Estado para com o agente delitivo. Considera-se que as condições são tão degradantes que é muito raro sair ileso ou um ser humano melhor do intra-cárcere. Se não sair pior como pessoa, ser humano, certamente sairá com muitos impactos psicológicos negativos.

6 RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS EM UM CENÁRIO IDEAL

A ressocialização pode ser entendida como um meio de fazer mudar e reformar valores, por meio da pena de prisão. O apenado pode atingir a finalidade última da pena, a ressocialização e, por meio dela, pode aprender e desaprender comportamentos geradores de desvios sociais. Em uma visão um tanto romantizada, há quem acredite que a restrição da liberdade por meio da pena em prisão é capaz de dar ao agente que delinuiu novas chances de tomar consciência do ilícito praticado e adotar uma postura proba e íntegra (PUTINATI, 2020). Acontece, todavia, que no sistema penal atual, é mais que ingenuidade acreditar que pelas condições contemporâneas dos presídios o apenado venha a mudar de conduta, uma vez que no intra-cárcere ele continua sendo condicionado ao crime.

Conforme disserta Barata, as condições nos presídios apresentam-se muito distante do que é necessário para cumprir com as funções de ressocialização. Nas palavras dele: “os estudos dos efeitos da cadeia na vida criminal (atestam o alto índice de reincidência) têm invalidados amplamente a hipótese da ressocialização do delinquente através da prisão”. Por mais que a atual aplicação da pena não acarrete ao êxito na ressocialização do apenado, não significa que ela não seja necessária e exequível, com fomentos adequados. Ademais, ela representa meio pedagógico de demonstrar a lesividade da conduta praticada.

Sendo assim, há duas vertentes doutrinárias as quais a ressocialização pode ou não ser uma finalidade atingida e positiva ao apenado. Na concepção de Barata, os polos de debates estão centrados numa versão idealista, os que acreditam ser possível a ressocialização através da pena, e os realistas, os quais vêm na pena uma forma de coerção do agente, não sendo favorável à ressocialização, uma vez que ela só acarreta à neutralização e o sofrimento.

Ao fazer uma análise etimológica do termo ressocialização, é perceptível que se trata de um mecanismo que reformula a personalidade do agente, por meio do ambiente que está inserido e suas experiências (GIDDENS apud PUTINATI, 2020). A partir dessa premissa, tida como idealista por Barata, a ressocialização faz parte do processo de reintegração do indivíduo na sociedade, voltando para sua vida comum, após o tempo de cumprimento de pena, necessária para evitar a reincidência além da finalidade “pedagógica” social.

Tendo por base Ordenamento Jurídico, está positivado tanto na Constituição Brasileira, quanto na Lei de Execução Penal, o comprometimento do Estado em promover o retorno e o convívio harmônico em sociedade, como demonstrado nos artigos 10, 22 e 25 da referida lei. A LEP tem por objetivo promover a recuperação do preso, tendo como parâmetro os valores morais da sociedade e os aspectos legais que norteiam a convivência em sociedade. Tornar o

indivíduo que delinuiu apto à convivência social demanda oferecer meios para que ele haja em conformidade com a lei penal. Para tanto, no ambiente carcerário, o Estado deve, em sincronia com a legislação atual vigente, a qual preconiza a dignidade do apenado fundamental para o êxito da finalidade da pena, promover que de fato os ditames legais sejam cumpridos durante o período de restrição da liberdade do preso. Ressocializar, estar de volta ao convívio social, agindo de acordo com o ordenamento jurídico, demanda que as normas constitucionais e penais sejam executadas também no ambiente carcerário em favor do preso.

Como um dos objetivos da LEP, está em seu artigo primeiro que é dever do Estado promover condições para a harmônica reintegração do apenado ao ambiente social. Em condições ideais para atingir esse objetivo, é de obrigação estatal a prestação de uma série de direitos que asseguram a dignidade intra-cárcere. Como elemento essencial para atingir a ressocialização do preso está a promoção da dignidade. Sendo a dignidade elemento basilar para tal, é possível inferir, através dos ditames legais, que a não prestação dela por meio do Estado, acarreta a invalidade da ressocialização ou até mesmo a potencialização dos comportamentos criminais do agente. Nesse sentido, o *Ius Puniendi* estatal, por não agir como deveria, acaba agindo contrariamente ao que a lei estabelece, corroborando para o fomento do comportamento delitivo dos presos.

Em um cenário propício à ressocialização, como estabelece a lei 7210/84, deve haver a classificação dos presos, levando em consideração seus antecedentes e personalidade para fim de orientar a individualização da pena. Esse critério estabelecido no art. 5º propicia a adequação entre o grau de periculosidade do agente, astúcia criminal, correlacionada com os traços de personalidade de cada um, mesmo que a personalidade tenha características particulares de cada um, elas podem estar em situação de equilíbrio ou exercendo influência negativa uns aos outros (MCCRAE, JOHN, 1992).

No que concerne à personalidade do agente, há a necessidade de classificar os traços de personalidade de cada preso, por meio da Comissão Técnica de Classificação. Ao fazer essa análise, há a elaboração do programa individualizador da pena, o qual se utiliza entrevistas, dados e informações a respeito do condenado e exames assim sejam necessários. Resulta, por conseguinte, a análise social e psicológica que proporcionará um programa individualizador da pena adequado as particularidades do preso, podendo ser mais eficaz na reintrodução do indivíduo no meio social.

O plano individualizador deve enfatizar o aprimoramento das capacidades positivas do apenado, identificando suas falhas morais como também suas necessidades, a fim de que o

processo ressocializador seja exequível e completo. Possuindo esses objetivos, é de suma importância a equipe multiprofissional, como estabelecido no art. 7º da LEP: psiquiatra, psicólogo, assistente social como também os próprios membros da segurança pública.

Todavia, tendo ciência das falhas do sistema prisional brasileiro, facilmente é possível deduzir que os benefícios do exame criminológico e do plano individualizador não são obtidos devido ao não cumprimento do que está estabelecido por lei. Nas palavras de Matos Lima Madrid e Florestan Rodrigo do Prado (2016) na prática, “muitas vezes, o exame criminológico realizado para fins de classificação do condenado limita-se a uma conversa com o funcionário responsável pelo setor de disciplina do estabelecimento penal, bem como ao preenchimento de uma ficha qualificativa, onde se colhe informações sobre sua vida pregressa”. Ademais, se sobressai o aspecto neutralizador da pena do que o humanitário-ressocializador quando não se executa as medidas garantidoras de dignidade.

Dando continuidade ao cenário ideal em que deveria ser aplicada a pena almejando a ressocialização, programas de assistencialismo à pessoa presa são de suma importância para que se previna o crime e orientar o retorno à sociedade. Assistência à saúde, material, jurídica, educacional, social e religiosa, estão elencadas no art. 11 da LEP como meios de se atingir os objetivos do art. 10. Por óbvio, a prestação da dignidade dentro da prisão deve ser tida como fundamental para que não haja o domínio de uma característica hostil e repressiva aos presos. Como anteriormente dito, é dever do Estado também assegurar a dignidade da pessoa presa, além de uma ótica meramente retributiva.

Do mesmo modo que a prestação de assistência à saúde, a educação é peça fundamental, para a possível reintegração do indivíduo que cometeu crimes, diminuindo a possibilidades de reincidência. Além de ser garantidora da dignidade humana, a prestação da educação possibilita o desenvolvimento intelectual do preso, podendo que o conhecimento apreendido seja positivo ao meio social.

Além disso, possibilitar o acesso à educação no ambiente carcerário sugere uma modificação no comportamento do apenado, propiciando a menor chance de que esse mesmo agente se envolva em eventos criminosos, como dito por Paulo de Tasso (2020), esse não é um entendimento inovador, uma vez que acompanha a psicanálise desde os estudos Freudianos. Essa modificação no comportamento pode contribuir pontuadamente a um fim específico, o qual nesse caso é a ressocialização. Na concepção de Bock, segundo, Paulo de Tasso, o comportamento é entendido como a “interação do indivíduo com seu ambiente, sendo a unidade básica de descrição e o ponto de partida para uma ciência do comportamento”. Sendo assim,

todos os benefícios da educação ao ser humano, para o indivíduo apenado possui maior peso, uma vez que sociabilidade, intelectualidade, possibilidade de uma conversão moral possuem maior valor para estar de volta ao convívio em sociedade.

Um bom tratamento penal não pode residir apenas na abstenção da violência física ou na garantia de boas condições para a custódia do indivíduo, em se tratando de pena privativa de liberdade, deve por meio da promoção de seus direitos criar condições para associar a elevação da escolaridade e o ingresso no mundo do trabalho e à geração de renda, de maneira a preparar o recluso a reintegrar à sociedade e recuperar a sua dignidade (SANTOS apud JÚNIOR, 2020).

Tendo ciência de que as condições ideais para a ressocialização devem ser maiores e atingirem a subjetividade do agente, há a necessidade de ambiente adequado para que haja a promoção da educação e a correta separação dos presos. Para tanto, a estrutura do presídio e os direitos subjetivos do preso funcionam em parceria, uma vez que não haver espaço adequado para ser feito o exame criminológico impacta diretamente na individualização da pena, como celas superlotadas e falta de ambiente propício para a leitura e estudo comprometem a exequibilidade da educação.

Para Barata, o sistema prisional brasileiro apresenta-se muito distante do que é importante para se obter as funções da pena, com ênfase, na ressocialização. “estudos dos efeitos da cadeia na vida criminal (atestam o alto índice de reincidência) têm invalidados amplamente a hipótese da ressocialização do delinquente através da prisão”. Essa percepção racionalista se confirma com a realidade fática do sistema prisional contemporâneo, a qual continua com alto nível de reincidência (INFOPEN, 2020), e com superlotação generalizada.

A desumanidade, reflexo da superlotação e a não exequibilidade das normas legais, evidencia o que é dissertado pelo Professor Doutor Bruno Rotta, como “seleção e exclusão” dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade na prisão, a qual ao invés de intervir positivamente no comportamento do apenado, viola os direitos fundamentais da população carcerária, estigmatizando-os. Para o mesmo autor, à luz de Garland, a prisão nos moldes contemporâneos é ferramenta explícita de exclusão e controle, na qual o sistema carcerário é usado como “reservatório” dos que estão à margem da sociedade, “segregados e isolados”.

Nesse contexto, o sistema penal positivado no ordenamento jurídico vigente, distante da realidade da execução penal contemporânea, apresenta-se, em tese, como o cenário ideal para recuperar os agentes delitivos, assim como manter a harmonia social. Todavia, diante de todos os argumentos supracitados, é possível inferir que esta é uma necessidade utópica, que progressivamente fere a integridade do preso e paulatinamente constrói um ideal de que o apenado não possui direitos a serem prestados pelo Estado.

A abordagem do sistema carcerário, à luz da história social, deve ser realizada considerando a estruturação da instituição prisão no seio do poder punitivo estatal e reveladora do aparato de exclusão social e dos desígnios das políticas públicas no Brasil. São trajetórias que indicam certa permanência que permeia toda a história da questão penitenciária nacional. Percebemos continuidades de métodos e práticas que, diante da formação de uma conduta omissa do Estado com relação aos cidadãos, não resolvem e só legitimam o sofrimento por meio do castigo. A contribuição exige uma compreensão das condições que fizeram possível a realidade do nosso presente (ALMEIDA, 2019).

Diante do exposto, é nítido, por conseguinte, que a potencialização do comportamento criminoso é muito mais fomentado pelo sistema prisional do que a finalidade máxima da pena, ressocialização. A potencialização do comportamento criminoso é fruto da falência do *Ius Puniendi* Estatal em aplicar as normas constitucionais e de Execução Penal, as quais em teoria defendem a humanização da prisão, considerando as características intrínsecas ao ser humano, dotado de dignidade, por mais que tenha havido o desvio de conduta moral. Colocar o agente que já está em desarmonia com as normas penais em um ambiente que o reduz a mera coisa em estado de repressão, fomenta a ideia de retribuição, que se paga o mal com o mal.

7 ASPECTOS DA RESSOCIALIZAÇÃO E DO EXAME CRIMINOLÓGICO NA PENITENCIÁRIA BALDOMERO CAVALCANTI

A penitenciária Baldomero Cavalcanti, é uma unidade do sistema prisional alagoano inaugurada em 26/09/2002, para o cumprimento de pena em regime fechado de presos do sexo masculino. De gestão pública, sem serviços terceirizados, criada especificamente para ser um estabelecimento penal com capacidade de 892 pessoas (INFOPEN, 2022)

Por ser um estabelecimento penal de regime fechado, o qual possui fundamentação no art. 33 e 34 do código penal, sendo executado no sistema penitenciário de segurança máxima ou média. No artigo 34, por sua vez, estão postas as regras do regime fechado, em que primordialmente o condenado será submetido a exame criminológico no início do cumprimento da pena. Todavia, na penitenciária masculina Baldomero Cavalcanti, há uma irregularidade na aplicação da lei, uma vez que assim não é feito.

A aplicação deste regime fechado é inserida ao condenado no início de cumprimento de pena, após o exame criminológico de classificação para individualização da execução. Logo, o regime fechado se baseia em cumprimento de penas em estabelecimento penal de segurança máxima ou média, destinado a presos que cometem crimes de alto potencial ofensivo, sendo esta a clientela penal para a qual se destina, também o Regime Disciplinar Diferenciado (NUCCI, 2015, p.23).

Sucedese que, o exame criminológico deve ser feito, regularmente, pelo menos uma vez ao ano, para que haja o acompanhamento do perfil psicológico do preso, assim como, os níveis de ressocialização “Tal análise abrange questões de ordem psicológica e psiquiátrica do apenado, tais como grau de agressividade, periculosidade, maturidade, com o finco de prognosticar a potencialidade de novas práticas criminosas” (PRADO, 2022). A pesar de ter havido mudança no art. 132 da LEP, deve ser enfatizado que a aplicação do exame criminológico ainda é requisito no ato de entrada do apenado no sistema prisional.

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

- I - entrevistar pessoas;
- II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;
- III - realizar outras diligências e exames necessários.

Deve se falar também, da importância do exame criminológico para atender aos critérios de separação do art. 84 da LEP, e ele ainda ser um requisito para o êxito da finalidade da pena. O que se sabe da aplicação desses dispositivos na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti, advém de uma conversa realizada com o Diretor da Penitenciária, Milton Santos, em 2020. Nela, foi relatada informalmente que os presos são separados por critérios próprios adotados pela unidade, sendo o fator principal ser o preso participante ou não de alguma facção. Ao adentrar no presídio, eles assinam um termo se dizendo integrante de determinada facção, ou não.

Ademais, pela quantidade de presos da unidade, e as penas compatíveis com determinados tipos penais, e a própria infraestrutura dos módulos prisionais, infere-se que dificilmente os presos estão separados por tipos de crime e faixa etária.

Outra fonte muito importante para estas análises são os escritos de Jéssica Alessandra Araújo Leão, 2021, em sua dissertação de mestrado pela Faculdade de Direito de Alagoas - UFAL. A monografia de Alessandra é importante pois houve uma coleta de dados aprofundada na Penitenciária Baldomero Cavalcanti, e também de entrevistas com os profissionais da penitenciária, principalmente com a equipe multidisciplinar de saúde. Devido à grande dificuldade de ter adentrado na penitenciária no ano de 2022, utilizo os dados obtidos por Alessandra e dou-lhe os referidos créditos.

Segundo ela, a CTC da penitenciária possui muita dificuldade em exercer as atribuições legais definidas pelo art. 6 da LEP. Devido à própria logística interna do presídio, infraestrutura e falta de quantidade de profissionais proporcionais à demanda da população carcerária. Sendo assim, o exame criminológico perde sua função de analisar as condições reais do preso, para a correta individualização da pena.

Em Alagoas, os exames criminológicos não são requisitados para todos os apenados que estão na iminência de progredir de regime, apenas para os que cumprem pena por crimes mais graves, sobretudo estupro, sequestro, homicídio, latrocínio e tráfico de drogas, este último somente quando sabidamente integram facção criminosa. Ademais, as profissionais esclareceram que o principal objetivo da avaliação é identificar a personalidade/caráter do indivíduo, as suas interações e possibilidades sociais (apoio da família, formas de sustento lícitas), além de seu comportamento ao longo do cumprimento da pena e no convívio do ambiente familiar. Nesse sentido, relatou-se que o máximo de vezes em que um mesmo apenado repetiu o exame criminológico foi quatro, bem como que as características valoradas negativamente, via de regra, não mudam, motivo pelo qual alguns condenados chegam a cumprir a pena em sua integralidade (LEÃO, 2021).

Ademais, ainda segundo Alessandra e tendo por base as entrevistas advindas da sua dissertação de mestrado, a CTC, comissão Técnica de Classificação só foi estabelecida em Alagoas entre 2009 e 2010. Além dessa demora, o qual provocou consequências para a

efetivação da ressocialização até o presente momento, ainda há o impasse ético em que psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais enfrentam, uma vez que a equipe é responsável por cuidar da saúde mental do preso (raramente eficaz devido à demanda prisional) além de realizar os exames que apontam as condições de progressão de regime, quebrando, assim, o sigilo médico e prejudicando a relação médico paciente. Apesar de ter havido a mudança legal, a realização dos exames criminológicos para progressão de regime ainda é realizada a pedidos do juiz de execução.

No que se refere à atuação da psicologia e da assistência social no sistema prisional alagoano como um todo, constatou-se que ultrapassa as atividades da CTC: as/os psicólogas/os das unidades prisionais fazem o acompanhamento clínico dos apenados que demonstram necessidade, bem como, por vezes, quando o exame criminológico evidencia distúrbios ou inconsistências na personalidade e o direito à progressão é negado, a CTC recomenda que seja encaminhado para tratamento com esses profissionais; as/os assistentes sociais das unidades prisionais são responsáveis por intermediar a solicitação de serviços, requisição de documentos, participação em cursos ou qualquer outra demanda externa dos apenados (LEÃO, 2021).

A realidade da Penitenciária Baldomero Cavalcanti evidencia algumas controvérsias a respeito da realidade fática e das disposições legais. Em 2020, conforme o Relatório de Informações Penitenciárias de janeiro a junho de 2020, a população carcerária era de 915 presos, entre provisórios e condenados. Desse total, 506 estavam em regime provisório a mais de 90 dias, o que evidencia além da superlotação na penitenciária, a demora em sentenciar esses detentos para que pudesse ser dado andamento adequado na punição e na finalidade ressocializadora da pena, por meio do exame criminológico e a correta individualização da pena.

No que diz respeito ao exame criminológico e atestado da pena, a realização desses instrumentos facilitadores da aplicação da pena não era utilizada com periodicidade, a época e ainda hoje, como consta nos INFOPEN de 2020 e 2022. Com somente um médico generalista, dois psicólogos, cinco técnicos em enfermagem, dois enfermeiros, um dentista, um assistente social e um advogado, em 2020, consta no relatório que os atestados da pena são feitos, contudo, sem frequência estabelecida ou quantidade realizada, tornando difícil ou praticamente impossível o condenado ter conhecimento da progressão de pena ou da sua evolução comportamental. Ademais, os atestados da pena e o exame criminológico têm métodos e funcionalidades muito diferentes.

Outro ponto importante é sobre os exames criminológicos que devem ser feitos com participação do médico psiquiatra, conforme o art. 7 da LEP. Como foi realizado o exame criminológico e o atestado de pena se na unidade prisional não há médico psiquiatra? Há a

contratação de um especialista esporadicamente? Ou não é realizado com o devido vigor? Cabe aqui aludir novamente ao que foi dissertado por Madrid e Prado (2018)

Na prática, muitas vezes, o exame criminológico realizado para fins de classificação do condenado limita-se a uma conversa com o funcionário responsável pelo setor de disciplina do estabelecimento penal, bem como ao preenchimento de uma ficha qualificativa, onde se colhe informações sobre sua vida pregressa (MADRID, PRADO, 2018).

O exame criminológico representa uma medida eficaz para tornar exitosa a ressocialização durante a aplicação da pena. A personalidade do agente precisa ser analisada para que se possa, dentro dos traços de personalidade que cada um possui adequar o cumprimento da pena em regime fechado. Caso ele assim fosse feito, a capacidade persuasiva e o nível de propensão ao crime estariam sendo monitorados a fim de que não potencializasse a capacidade criminosa de outros agentes de menor potencial ofensivo.

8 O CONVÍVIO ENTRE PRESOS DE PERSONALIDADES DIFERENTES E A SIMBIOSE DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO

A fim de demonstrar como o comportamento criminoso pode ser potencializado através do convívio entre presos de personalidade diferentes e potenciais persuasivos também diferentes, o presente artigo utilizará nessa seção o estudo publicado pela revista de Administração hospitalar e inovação em Saúde, de Belo Horizonte-MG, publicado em 01/12/2020, de autoria de Cid Gonsalves Filho, Stanley Araújo Pena, Gustavo Queiroga Souki e José Ricardo César A. Mello, intitulado de “ criminalidade no Brasil: um problema de saúde pública”.

Para os autores, a decisão de seguir pelo crime é pessoal, individual e intrínseca a cada agente que assim ingressa na vida do crime. Todavia, ao indivíduo que tem sua liberdade cerceada através da prisão é possível que os traços de personalidade que fomentaram adentrar na vida criminosa podem ser potencializados por padrões cognitivos e comportamentais de personalidade que se repetem. Para os autores, o pontapé inicial para entender o crime é passar a entender de fato as pessoas e seus padrões cognitivos, personalidade e as motivações que o fizeram aderir ao crime. Como método, foi utilizado por eles o questionário com informações levantadas a partir de 413 respondentes. Diante dos resultados obtidos e discutidos por eles pretende-se demonstrar aqui que os critérios de separação do preso são essenciais para o êxito da ressocialização, enfatizando os padrões de personalidade como um fator de reforço as aptidões criminosas entre presos de capacidade persuasiva diferentes.

A personalidade está embasada em conjunto de características psicológicas os quais fundamentam o padrão de convívio do ser humano: o pensamento, o sentir e o agir das pessoas. Tendo por embasamento essa percepção psicológica da personalidade, acredita-se que ela influencia de forma direta o comportamento do ser humano. Os traços de personalidade, por conseguinte, traduzem um modo de ser dos indivíduos através da manifestação de comportamentos categorizados. Sendo assim, conforme experimento que essa seção se baseia, os traços de personalidade são características estáveis e evidenciam o estilo de comportamento de um indivíduo em determinadas situações. Tendo ciência dessa categorização, o comportamento criminoso, através do estudo realizado por Cid Gonsalves, Stanley Araújo, Gustavo Queiroga e José Ricardo, comportamentos mais “volátil, maior frieza ou agressividade, maior orientação para o poder, maior dificuldade de comunicação, imediatismo

ou materialismo, dentre outros, podem se constituir em fatores predisponentes para que as pessoas se envolvam com a criminalidade”(FILHO, PENA, SOUKI, MELLO, 2020 p.22).

O início das pesquisas que associam o crime à personalidade foi impulsionado por Yochelson e Samenow, em 1976, com o livro *The Criminal Personality* (FILHO, PENA, SOUKI, MELLO, 2020). Acredita-se que a maioria dos crimes com gravidade e periculosidade mais manifestadas é cometida por uma pequena parcela da população criminosa. A teoria do criminoso de carreira, a qual defende que uma quantidade consideravelmente menor de criminosos são responsáveis por crimes com alta periculosidade, em qualquer espaço geográfico ou cultura. Para Walters (1990), o precursor da teoria, isso acontece porque os criminosos de carreira não têm especificidade nos tipos de crimes que comete, seguindo um oportunismo criminoso, os quais praticam seus crimes sem muito planejamento ou reflexão (WALTERS apud FILHO, PENA, SOUKI, MELLO, 2020).

Essa falta de planejamento que pode ser entendida como impulsividade, comportamento mais volátil e mais propensos a correrem riscos. O desvio de conduta coaduna e reflete uma imprecisão quanto ao autocontrole, o qual é um traço de personalidade. Para Gottfredson e Hirschi, 1990, o baixo autocontrole é descrito como:

Imediatismo - tendência a ter uma orientação “aqui e agora”, preferindo recompensa imediata, apresentando uma incapacidade de adiar a gratificação; (2) preferência por atividade física ao invés de atividades cognitivas; (3) Espírito aventureiro - ousadia e preferência por engajar-se em atividades de risco; (4) Frieza egocentrismo ou insensibilidade as necessidades de outros; (5) preferência por gratificações simples e evasão de tarefas complexas; e (6) mínima tolerância à frustração, que se caracteriza por responder aos conflitos com a força física, em vez de argumentos (uso das palavras) - dificuldades de comunicação. (GOTTFREDSON, 1990) (Tradução livre).

A teoria dos traços de personalidade tem sido estudada e é base fundamentadora para muitos estudos, inclusive esse. O que ganhou maior notoriedade foi Goldberg, na década de 90, estruturando as características do traço de personalidade, por conseguinte a personalidade, que refletem os traços mais recorrentes dos indivíduos. OCEAN, o modelo proposto por Goldberg, é a composto pelas iniciais de cada dimensão da personalidade:

Dimensão O (Openness) abertura a novas experiências, imaginação e curiosidade intelectual; Dimensão C (Conscientiousness) nesta dimensão estão traços como: escrúpulos, honestidade e disciplina; Dimensão E (Extraversion) - esta dimensão combina traços, tais como: abertura a outros, sociabilidade, impulsividade e probabilidade de sentir emoções positivas; Dimensão A (Agreeableness) - esta dimensão combina traços, tais como: modéstia, confiança, altruísmo e gentileza; Dimensão N (Neuroticism) - um indivíduo é dito como neurótico quando é emocionalmente instável. Esta dimensão combina traços, tais como: ansiedade, instabilidade nervosismo (GOLDBERG, 1990) (Tradução livre)

Os resultados por eles obtidos através dos testes e da metodologia de análise aplicada revela a propensão de 59% para o cometimento crimes leves e de desvios comportamentais e

46% do comportamento criminoso e cometimento de crimes graves. Em consonância com os resultados, o que fomenta o desvios e crimes “leves”, o qual se demonstrou como padrão cognitivo da amostra, é a generalização do crime, o ser social teria o direito de agir contra as normas penais, já que as normas não foram eficazes quando ele precisou ser assegurado por elas, há a manifestação de também ser contrário a ela, uma vez que já sofreu no passado. Segundo os especialistas esse tipo de raciocínio é advindo de um comportamento sociopata, “desprezo pelo próximo”, decorrente de um contexto sociocultural que não favorece perspectivas de vida, socialização harmônica e civilidade. A velha adequação cultural brasileira do jeitinho brasileiro e a concepção que vale tudo para se dar bem (FILHO, PENA, SOUKI, MELLO, 2020).

Sob influência desses traços de personalidade que podem estar propensos a sociopatia, o comportamento criminoso, crimes propriamente ditos mais “graves”, está sob influência de uma escala de permissibilidade, na qual, se crimes de menor potencial ofensivo são aceitos, o cometimento de maior lesividade não deveria ter severa reprovação. Segundo o estudo, há ainda também a agravante de os crimes de maior lesividade estarem influenciados por uma relação de poder “traço de personalidade - tendência a agir de maneira dominadora para o alcance de objetivos individuais” (FILHO, PENA, SOUKI, MELLO, 2020, p. 39). Esse tipo de padrão comportamental possui base em obter benefícios pessoais, evidenciando, segundo os resultados obtidos pelos autores, que vale mais apenas delinquir do que trabalhar.

8.1 Potencialização do comportamento criminoso na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti

No contexto da penitenciária Baldomero Cavalcanti, na população carcerária de 915 homens, entre condenados e presos provisórios, 164 deles possuem entre 18 a 24 anos, 213 entre 25 a 29 anos, 170 entre 30 a 34, 234 entre 35 a 45, 104 entre 46 a 60, 28 entre 61 a 70; e 2 com mais de 70. Dos 409 que estão sentenciados em regime fechado obtemos dados das penas de 404 deles, por meio do Relatório de Informações Penitenciárias de janeiro a junho de 2020. Dos condenados, três possuem pena de 1 até 2 anos, seis de 2 até 4 anos, 79 de 4 até 8 anos, 123 de 8 até 15, 92 de 15 até 20, 60 de 20 até 30 anos, 31 de 30 até 50 anos, de 50 até 100 anos e 2 presos com pena com mais de 100 anos.

Dos tipos de crimes contra a pessoa, 192 dos aprisionados cometeram homicídios simples, 120 homicídios qualificado e 14 lesões corporais leves. Dos crimes contra o patrimônio, 4 cometeram furtos simples, 5 furtos qualificados, 65 roubos simples, 92 roubos

qualificados, 11 latrocínios, 5 extorsões mediante sequestro, 2 crimes de estelionato e 13 receptações qualificadas. Nos crimes contra a dignidade sexual, 78 cometeram estupro, 10 atentados violentos ao pudor e 121 estupros de vulneráveis. Nos crimes contra a paz pública, 28 foram culpabilizados por formação de quadrilha ou bando, 6 falsificações de moeda, 3 falsidades ideológicas e 2 documentos falsos.

Ter conhecimento desses tipos de crimes e a incidência de presos que os cometeram, em restrição de liberdade no Penitenciária Baldomero Cavalcanti, uma vez que os resultados obtidos no estudo de Cid Gonsalves Filho, Stanley Araújo Pena, Gustavo Queiroga Souki e José Ricardo César A. Mello podem explicar a importância de realizar exames criminogênicos a fim de identificar o tipo de personalidade de cada um, com seu respectivo poder persuasivo, podendo separá-los, assim, pelo grau de periculosidade e poder persuasivo.

Ao que se sabe, os critérios de separação do Baldomero Cavalcanti, não atendem ao estabelece o art. XX da LEP. Em reunião realizada com o Chefe do departamento de Penitenciárias, da SERIS- Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social, foi dito por Milton Pereira Santos, o chefe do departamento, que os presos são separados conforme um protocolo adotado pelas penitenciárias do Nordeste: faccionados e não faccionados, no ato da entrada no estabelecimento prisional seria declarado ser pertencente a alguma facção, para assim, evitar motins dentro da penitenciária.

O estudo realizado em Minas Gerais, atingiu seu objetivo ao demonstrar o nível de propensão criminosa de seus participantes e como eles estão associados a transtornos de personalidades. Maioria deles ligados a sentimentos de justificação do crime, acentuados por uma falta de empatia com os entes sociais. “O grupo que adere aos crimes mais graves é mais sociopata e orientado ao poder, em outras palavras possui um quadro psicológico mais grave”.

Tendo conhecimento que os crimes praticados pelos detentos da Penitenciária Baldomero Cavalcanti e de suas características de maior periculosidade, com penas mais altas, em sua maioria, e com a população carcerária nitidamente jovem, é possível inferir que a criminalidade está enraizada no meio social, e cada vez mais fomentada pela deficiência em ser resguardado pelo sistema jurídico, provocando a dissuasão da ideia de justiça e de que viver em conformidade as normas que regem a convivência não compensa. É evidente, que a crença de permissibilidade de pequenos crimes e de não estar sendo amparado pelo Estado cria uma discricionariedade que ultrapassa os limites da liberdade e provocam o caos social.

Os fatores psíquicos, de origens neurológicos, fomentados pelos fatores sociais quando não tratados de forma a neutralizar os instintos desviantes, acabam potencializando-os. É o caso

da penitenciária de regime fechado Baldomero Cavalcanti. Os presos não separados corretamente, não sendo feitas exames criminológicos com certa periodicidade e com estímulos comportamentais advindos do convívio com outros presos de capacidade criminal diferenciada, acabam por potencializar seus próprios traços de personalidade com tendência a criminalidade. Vale ressaltar ainda que o estado de vulnerabilidade e de “coisificação” dentro do cárcere, no qual é negado direitos voltados para a ressocialização através da potencialização da dignidade que eles intrinsecamente possuem, acabam por fomentar o oposto à ressocialização.

Há em debate levantado pelo promotor de justiça do Paraná, Pedro Tenório Soares Vieira Tavares, a valoração positiva do poder do juiz em avaliar a personalidade do agente sem necessidade de laudo pericial, por especialista com expertise para tal. O debate está centrado no art. 59 do código penal, o qual estabelece que “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”.

Para o promotor, é um contrassenso estabelecer argumento contrário a análise do próprio magistrado à personalidade do agente. Segundo ele, há uma mudança referente ao destinatário da norma e somente caberia ao juiz analisar a personalidade do sentenciado tendo por base aos autos (TAVAREZ, 2020).

É um tanto controverso e precário a argumentação de que há a mudança do destinatário da norma. Deve-se destacar e dar ênfase de que o juiz não possui expertise para agravar sentença com base nos fatores de personalidade do agente. Do mesmo modo pode ser explanado no juízo de execução, em que há, como evidenciado através da análise do relatório de informações penitenciárias do Presídio Masculino Baldomero Cavalcanti, a falta de médico psiquiatra e somente um psicólogo para toda a unidade penitenciária, com 915 presos. Não há possibilidade de haver êxito na finalidade ressocializadora da pena uma vez que os aspectos psicológicos não são avaliados com expertise. Deve-se reforçar que personalidade é a soma de fatores e traços psicológicos mais a potencialização de fatores externos ao preso: família, convívio e entre outros. Desconsiderar esses fatores e findar a análise da personalidade aos fatos dos autos é incorrer em erro cognitivo intelectual. Ademais, o médico perito é um dos sujeitos da norma, uma vez que ele está para auxiliar o entendimento do juiz da sentença quanto o de execução, uma vez que é algo que é de expertise profissional dele.

9 CONCLUSÃO

Por fim, como é possível constatar do panorama alagoano a forma estrutural de organização da sociedade na qual o Estado não é capaz de prestar os direitos sociais de modo satisfatório, segue sendo estigmatizados sentimentos de não pertença ao ordenamento jurídico, o fomentando justificção do crime, fomentando a falta de empatia e a crença de permissibilidade de desvios morais menores. Nesse sentido, o Comportamento Criminoso é o resultado da benevolência de comportamentos desviantes de potencial ofensivo menores, o que indiretamente fomenta a ideia de impunidade.

É de suma importância ter ciência que comportamentos propensos ao crime têm sido fomentados por fragilidades em aspectos morais e como ela reflete na efetividade da ressocialização dos apenados. No contexto da penitenciária masculina Baldomero Cavalcanti, é possível inferir que a ressocialização não obtém êxito devido à precariedade no ato de ressocializar. A penitenciária possui capacidade para 892 presos, todavia tem população carcerária de 1447, entre condenados e provisórios em regime fechado. A superpopulação deixa claro que além de a pena não ser individualizada conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal ela ainda piora o estado de criminalidade do apenado, o qual não é acompanhado com êxito pelos profissionais da saúde mental, como é possível constatar pela falta de exames criminológicos e a presença de somente dois psicólogos, um psiquiatra e duas assistentes sociais para 1447 pessoas em privação de liberdade. Diante da ineficiência constatada, resta a reincidência assim como o aumento do encarceramento.

Quanto a individualização dos detentos do presídio Baldomero Cavalcanti, é fundamental que haja implementação de profissionais voltados à saúde mental, de modo que através da expertise profissional que possuem possam identificar os traços de personalidade que potencializam a capacidade criminosa atuando conforme preceitua a Comissão Técnica de Classificação, atendendo aos requisitos do artigo quinto e sexto da LEP, classificando os condenados de acordo com seus antecedentes e personalidade, orientando a execução da pena, havendo sido elaborado o programa individualizador da pena privativa de liberdade.

Possuindo conhecimento da real situação que se encontram os presos da penitenciária masculina de regime fechado da cidade de Maceió, é desanimador perceber que o próprio Estado propicia a potencialização do comportamento criminoso, através da não separação de

presos com traços de personalidade com maior poder persuasivo, concomitantemente, com mais maturidade criminal.

Portanto, o ordenamento jurídico brasileiro parece um tanto quanto idealizador, quando se sabe o real cenário do encarceramento e ressocialização no Brasil, assim como na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti. A Lei de Execução Penal, em seu artigo quinto, estabelece que os condenados devem ser classificados segundo seus antecedentes e personalidade, para a individualização da pena e o consequente êxito na ressocialização. Resta, acreditar na exequibilidade da individualização da pena levando em consideração os traços de personalidade, a fim de que não seja mera utopia acreditar na pena como um processo ressocializador.

10 REFERÊNCIAS

ALLPORT, W. Gordon. **Pattern and Growth in Personality**. United States of America, 1961.

ALMEIDA, Bruno Rotta. **Prisão e desumanidade no Brasil: uma crítica baseada na história do presente**. Revista da Faculdade de Direito – UFMG. Belo Horizonte, n. 74, pp. 43-63, janeiro, 2019.

ALMEIDA, Jeferson Nelcides de. **Os direitos da personalidade da pessoa presa**. Dissertação de Mestrado, UniCesumar, Maringá, 126 f, fevereiro, 2019.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Preso pelo Estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a construção da identidade na prisão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CARVALHO, Lucas de Francisco et al. **Personalidade: o panorama nacional sob o foco das definições internacionais**. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 123-146, jan. 2017 .

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Direito Penal a marteladas: algo sobre Nietzsche e o direito**. Imprensa: Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013, p. 162. ISBN 9788537522615.

CNJ. **Mutirão Carcerário do Estado de Alagoas**, 2013

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?**. Barcelona, p. 155-162, 1990

FILHO, Cid Gonsalves et al. **Criminalidade no Brasil: um sistema de saúde pública**. Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde, Vol. 17, n3, Belo Horizonte, MG, p. 19 - 44, dezembro, 2020. e-ISSN: 2177- 2754.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 31. ed. Petrópolis, Vozes, p. 2006 – 262, Rio de Janeiro.

JUNIOR, Paulo de Tasso Moura de Alexandria. **A importância da educação em ambiente de aprisionamento: uma reflexão acerca das políticas públicas e seus valores**. Revista Humanidades e Inovação. Palmas, Tocantins, v.7, n.4, p. 56 - 69, fevereiro, 2020. ISSN: 2358-8322.

GOLDBERG, Lewis R. **An alternative description of personality: The big-five factor structure**. Journal of Personality and Social Psychology, v. 59, n. 6, p. 1216-1229, 1990.

GOTTFREDSON, Michael R; HIRSCHI, Travis. **A General Theory of Crime**. Redwood City: Stanford University Press, 1990.

INFOPEN, Levantamento de informações penitenciárias. 2020, 2022

LEÃO, Jéssica Alessandra Araújo Ferreira. **Os exames criminológicos na progressão de regime: entre o paradigma da prevenção especial positiva da pena e uma nova expectativa para a execução penal brasileira.** 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021

MADRID, Fernanda de Matos Lima; PRADO, Florestan Rodrigo do. **A Verdadeira Face do Exame Criminológico.** V encontro internacional do COMPENDI, Montevideú, 2016.

MARTINS, Lígia Márcia. **A natureza histórico-social da personalidade.** Cad.Cedes, Campinas-SP. vol. 24, n. 62, p. 82-99, abril 2004.

ROTHBART, M. K.; AHADI, S. A.; EVANS, D. E. **Temperament and personality: origins and outcomes.** Journal of Personality and Social Psychology, v. 78, p. 122-135, janeiro, 2000.

MCCRAE, Robert. R.; COSTA, Junior, P. T. **Personality trait structure as a human universal.** American Psychologist. p. 509 - 616, 1997.

MCCRAE, Robert R.; JOHN, Oliver P. **An Introduction to the Five-Factor Model and Its Applications.** P. 175 - 2015, 1992.

THOMAS, Caroline Venzon; CASTRO, Elisa Kern de. **Personalidade, Comportamentos de saúde e adesão ao tratamento a partir do modelo dos cinco grandes fatores: Uma revisão de literatura.** Psic., Saúde & Doenças. 2012. ISSN: 1645-0086

PUTINATI, Maria Luiza Alves. **A importância da ressocialização do preso e sua inaplicabilidade em consonância com a Lei de Execução Penal.** Repositório UniCesumar, Maringá- PR. Fevereiro, 2021.

SILVA, Luiza Ferreira. **O papel do exame criminológico na individualização executória da pena.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal e Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MACHADO, Vinicius da Silva. **Entre números, cálculos e humanidade: o princípio constitucional da individualização da pena e o mito da punição humanizada.** Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 156 f, 2009.

SILVA, José Afonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** Salvador, JusPODIVM, São Paulo, Malheiros, 2020

SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. **Futuro pretérito da prisão e a razão cínica do grande encarceramento: três momentos de emergência de discursos, expectativas e experiências acumuladas em torno do conceito de prisão.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 131, Dossiê “Dogmática e História do Direito Penal”, 2017.

RELATÓRIO de inspeção conjunta da comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB – AL na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira. Maceió – AL, Janeiro de 2022.

TAVARES, Pedro Tenório Soares Vieira. Valoração negativa da personalidade do réu e a (des)necessidade do laudo pericial. Revista da Escola Superior do MPPR. 2020.